



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2018/2020



PROJETO DE LEI N.º 033 /2018.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Canaã dos Carajás faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse publico para fins desta lei, a transitoriedade da situação e a impossibilidade de atendimento com os recursos humanos de que dispõe a municipalidade, nas seguintes hipóteses:

I – Quando houver deficiência de pessoal para a demanda ordinária de serviço;

II – Quando houver necessidade temporária para substituição de servidores efetivos;

III – Nos casos de preenchimento das vagas não contempladas no concurso público para os serviços essenciais;

IV - Greve de servidores públicos.

Parágrafo único. Para os fins do inciso III do art. 2º, consideram-se serviços públicos essenciais aqueles desenvolvidos nas áreas da saúde, educação, transito e transporte, saneamento básico, vigilância patrimonial, assistência a infância e adolescência e meio ambiente.



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2018/2020



Art. 3º. As contratações com base nesta lei serão feitas no período do exercício financeiro de 2019 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019), podendo ser prorrogado, desde que dentro do respectivo exercício.

Art. 4º. As contratações somente poderão serem efetivadas com observância de existência de dotação orçamentária específica e com o correspondente cargo previsto no Plano de Cargos e Salários, inclusive no tocante a escolaridade exigida.

Art. 5º. O contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I - Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo e função em comissão ou função gratificada;

III - Ser novamente contratado para outro cargo antes de decorridos o prazo do encerramento de seu contrato vigente.

Art. 6º. Aos contratados na forma desta Lei são assegurados:

I - Licença maternidade;

II - Licença paternidade;

III - Férias, inclusive proporcionais;

IV - 13º Salário, inclusive proporcionais;

V - Adicional de periculosidade, desde que preenchidos os requisitos legais; e

VI - Adicional de insalubridade, desde que preenchidos os requisitos legais.

Art. 7º. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se – á nos seguintes casos:



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2018/2020



- I- A qualquer tempo, por ato unilateral do Município;
- II- Por iniciativa do contratado;
- III- Afastamento por motivo de doença por prazo superior a 15 (quinze) dias;
- IV- Pelo término do prazo contratual.

Art. 8º. Ficam convalidados os contratos celebrados no exercício de 2018 que, por conveniência administrativa do Poder Público Municipal, necessitem serem continuados, podendo os mesmos serem prorrogados por 01 (um) ano, contados a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que os mesmos serão regidos a partir da data supra mencionada sob a égide da presente lei.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canaã dos Carajás, aos 06 dias do mês de novembro de 2018.

ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS
Vice-Prefeito Municipal.



Estado do Pará
Governo do Município de Canaã dos Carajás
Adm.: 2018/2020



MENSAGEM JUSTIFICATIVA

Canaã dos Carajás, 31 de outubro de 2018.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás
Vereador **Zilmar Costa Aguiar Júnior**

Encaminhamos a douta apreciação desta Casa de Leis o Projeto que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

O constituinte, ao redigir o artigo 37, IX, da Constituição Federal, permitiu a possibilidade de se realizar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na preocupação de aparelhar a Administração Pública com recursos humanos para o atendimento de situações excepcionais e transitórias, que não recomendariam a realização de outro concurso público, ou a criação e o provimento de cargos públicos.

Com efeito, a excepcionalidade e a temporariedade, que justificam a contratação temporária, estão bem marcadas nas hipóteses trazidas pelo presente Projeto de Lei, na medida em que se vinculou a contratação a situações de **urgência** ou de **sazonalidade**.

É imperioso destacar que o impacto social que vem sendo ocasionado com a implementação dos projetos de mineração em nossa cidade resultou no aumento da procura sazonal pelos serviços públicos municipais, fato este que enseja a necessidade de contratações para atender determinadas situações, sendo que a tendência é de redução com a estabilização dos projetos de mineração (em especial o processo de desmobilização do S11D) e redução dos fluxos migratórios na cidade que esses projetos acarretaram.

Isto posto, submetemos o presente Projeto à apreciação desta Casa de Leis, contando com o apoio dos Edis na aprovação, na íntegra do mesmo, salvo melhor juízo dos Senhores Vereadores.

Atenciosamente,

ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS
Vice-Prefeito Municipal.